



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

### **PE 012/2024**

**CONTRATANTE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO - MA**

**OBJETO**

**AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL HOSPITALAR E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO - MA**

**VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 3.292.674,61 (três milhões, duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos).**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 07/05/2024 às 11:00 (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**MENOR PREÇO UNITÁRIO**

**MODO DE DISPUTA:**

**ABERTO**

**ORÇAMENTO SIGILOSO: SIM**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**



Fis. \_\_\_\_\_  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
ASS. \_\_\_\_\_

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	20
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	20
11. DOS RECURSOS .....	21
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	22
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	25



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

**EDITAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO - MA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024**

(Processo Administrativo nº 097/2024)

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO - MA, por meio do *setor responsável pelas licitações*, sediada Rua de Nazaré, S/N - Centro, Água Doce do Maranhão – MA, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL HOSPITALAR E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO - MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no TERMO DE REFERÊNCIA, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras <https://www.licitaaguadocema.com.br>

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 nos itens que forem orçados com valores até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do TERMO DE REFERÊNCIA ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre fornecimentos ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do TERMO DE REFERÊNCIA ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre fornecimentos ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio*;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu fornecimento, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de fornecimento que inclua como encargo do contratado a elaboração do TERMO DE REFERÊNCIA e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *valor unitário e global*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, caso ofereça serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o TERMO DE REFERÊNCIA, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de fornecimentos com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o fornecimento e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 100,00 (cem reais)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos no subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e fornecimentos produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral - (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e fornecimentos em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de fornecimentos de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 7.8.3. No caso de fornecimentos de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de fornecimentos de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do fornecimento ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o TERMO DE REFERÊNCIA exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no TERMO DE REFERÊNCIA, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no TERMO DE REFERÊNCIA, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TERMO DE REFERÊNCIA exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do fornecimento, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio dos documentos anexados no sistema de compras utilizados pelo Município, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no portal de compras do Município e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no portal de compras ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do TERMO DE REFERÊNCIA somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.21. DOCUMENTOS A SEREM EXIGIDOS

8.22. **Habilitação jurídica:**

8.23. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

8.24. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

- 8.25. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- 8.26. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 8.27. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.28. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 8.29. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 8.30. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- 8.31. Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa do Município sede do licitante, inclusive as contribuições sociais;
- 8.32. Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante. No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado do Maranhão;
- 8.33. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Fornecimento (FGTS).
- 8.34. Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.
- 8.35. Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- 8.36. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.
- 8.37. **Qualificação econômico-financeira:**
- 8.38. Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
- 8.39. Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.
- 8.40. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;
- 8.41. Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

8.42. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

8.43. Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

8.44. As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

8.45. Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.

8.46. A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no ANEXO VI será considerada inabilitada.

8.47. Patrimônio líquido ou capital social correspondente a 5 % do valor estimado da contratação

8.48. **Qualificação técnica:**

8.49. Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento de material anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, independentemente de quantitativos, com caracterização do bom desempenho da licitante;

8.50. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade;

8.51. Comprovação da PROPONENTE possuir em seu quadro, na data prevista para entrega dos documentos, profissional de nível superior na área de Farmácia. A comprovação de vínculo profissional far-se-á pela apresentação de um dos seguintes registros: cópia da carteira de trabalho (CTPS), Anotação de responsabilidade técnica – ART emitida em que conste o licitante como contratante; ou cópia do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio; cópia do contrato de prestação de serviço ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do mesmo.

8.52. 9.11.4. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), da sede da licitante, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme o disposto no art. 50 da Lei nº.6360/1976, e incisos I, III e IV, art. 10 da Lei nº. 6437/1977.

a) Estando a AFE vencida, deverá ser apresentada cópia autenticada e legível da petição de renovação de AFE, acompanhada de cópia da AFE vencida, desde que a petição de renovação tenha sido protocolada no período compreendido entre 60 (sessenta) e 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de vencimento, que corresponde a 1 (um) ano após a data de publicação da



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

concessão inicial no DOU, nos termos e condições previstas no artigo 20 da RDC nº. 16, de 01 de abril de 2014;

b) A não apresentação da AFE ou da petição de renovação implicará na desclassificação do ITEM cotado;

8.53. 9.12. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou Distrito Federal, emitida pela Vigilância Sanitária de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede da licitante, consoante disposto no art. 51 da Lei nº. 6360/1976.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no TERMO DE REFERÊNCIA, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:





Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.aguadocedomaranhao.ma.gov.br/>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou





Fis	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

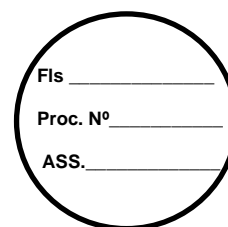
12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: email: [cplp.aguadoce.ma@gmail.com](mailto:cplp.aguadoce.ma@gmail.com)

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

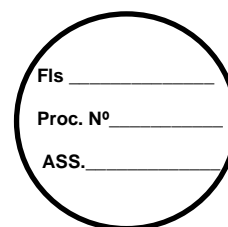
14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.licitaaguadocema.com.br>

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.4. ANEXO IV – *Declaração de que atende aos requisitos de habilitação*

14.11.5. ANEXO V – *Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social*

14.11.6. ANEXO VI – *Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal*

Água Doce do Maranhão - MA, 17 de abril de 2024

Thalita e Silva Carvalho Dias

Prefeita Municipal



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024  
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA  
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS  
(Processo Administrativo nº097/2024)

## 1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de medicamentos, material hospitalar e material odontológico para o município de Água Doce do Maranhão - MA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

O(s) fornecimento(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

*O prazo de vigência da contratação é de 12 meses. contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

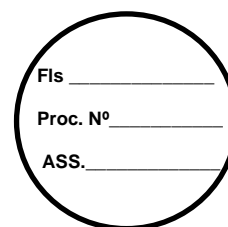
A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste TERMO DE REFERÊNCIA.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024;

## 3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste TERMO DE REFERÊNCIA.
- Planilha detalhada com a descrição, quantidades estimadas dos itens.

FARMÁCIA BÁSICA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	A.A.S ácido acetilsalicílico 100MG	COMP	20.000
002	ACICLOVIR 200MG	COMP	500
003	ACIDO FÓLICO CPR 5MG	COMP	30.000
004	ALBENDAZOL CPR 400MG	COMP	15.000
005	ALBENDAZOL SUSP 10ML	FRA	4.000
006	AMBROXOL AD. XPE	FRA	2.000
007	AMBROXOL PED. XPE	FRA	2.000
008	AMOXICILINA 250MG/5ML 60ML SUSP ORAL	FRA	1.500

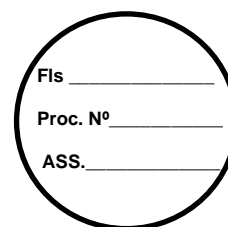


**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

009	AMOXICILINA 500MG.CPR	COMP	18.000
010	ATENOLOL 25MG	COMP	50.000
011	ATENOLOL 50MG	COMP	50.000
012	AZITROMICINA 500MG CPR	COMP	10.000
013	BROMOPRIDA GOTAS 4MG/ML 20ML	FRA	1.000
014	BUSCOPAN COMPRIMIDO	COMP	15.000
015	BUSCOPAN GOTAS	FRA	4.000
016	CAPTOPRIL 25 MG	COMP	50.000
017	CEFALEXINA 500MG	COMP	20.000
018	CEFALEXINA SUSP. 250MG/5ML 60ML	FRA	5.000
019	CINARIZINA 25MG CPR	COMP	2.000
020	CIPROFLOXACINO 500MG CPR	COMP	4.000
021	CISTEIL XAROPE	FR	4.000
022	COMPLEXO B XPE 100ML	FRA	3.000
023	DEXAMETASONA CREME 0,1% 10G	TB	2.000
024	DEXAMETASONA ELIXIR 0,5 MG / 5 ML 100 ML	FRS	3.000
025	DEXCLOFENIRAMINA COMPRIMIDO	COMP	1.000
026	DEXCLOFENIRAMINA XPE VD. C/100 ML	FRA	6.000
027	DICLOFENACO SÓDICO 50MG CPR	COMP	10.000
028	DINITRATO DE ISOSSOBIDA 5MG	COMP	3.000
029	DIPIRONA GTS 10ML FRA	FRA	6.000
030	DIPIRONA SODICA, 500MG	COMP	30.000
031	ENALAPRIL 10MG	COMP	30.000
032	ENALAPRIL 20MG	COMP	30.000
033	ESPIROLACTONA 25MG	COMP	2.000
034	FLUCONAZOL 150MG CPR	COMP	15.000
035	FUROSEMIDA 40 MG	COMP	25.000
036	GLIBENCLAMIDA 5MG	COMP	60.000
037	HIDROCLORATIAZIDA 25 MG	COMP	50.000
038	HIDROXIDO DE ALUMINIO 100ML	FRA	2.000
039	IBUPROFENO COMPRIMIDO	COMP	12.500
040	IBUPROFENO GOTAS	FRA	3.000
041	LIDOCAINA 2% GELEIA 30G	TB	1.000
042	LOSARTANA POTASSICA 50MG	COMP	60.000
043	MEBENDAZOL SUSP. 30ML	VD	1.000
044	MEBENDAZOL	COMP	2.000
045	METFORMINA 500 MG	COMP	40.000
046	METFORMINA 850 MG	COMP	60.000
047	METILDOPA, 250 MG	COMP	5.000
048	METRONIDAZOL 200MG/5ML SUSP. ORAL, COM 80ML.	VD	500
049	METRONIDAZOL 250MG	COMP	20.000
050	METRONIDAZOL 50G CREME VAGINAL + APLICADOR	TB	500
051	METRONIDAZOL + NISTATINA CREME VAGINAL	TB	1.000
052	MICONAZOL CREME DERMATOLÓGICO	TB	1.000
053	MICONAZOL CREME VAGINAL + APLICADOR 80G	POM	1.500
054	NEOMICINA + BACITRACINA 10G BNG	TB	1.000
055	NIMESULIDA 100MG CPR	COMP	30.000





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

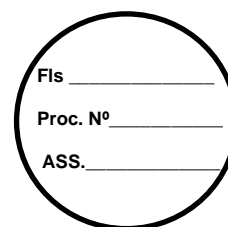
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

056	NIMESULIDA GOTAS	FRA	3.000
057	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO	BNG	1.000
058	NISTATINA SUL. ORAL 100.000UI 50ML	FRA	1.000
059	NISTATINA VAGINAL	TB	1.000
060	ÓLEO DE GIRASOL 100ML	FRA	200
061	OLEO MINERAL 120ML - FRASCO	FRASCO	800
062	OMEPRAZOL 20 MG	COMP	15.000
063	OMEPRAZOL 40 MG	COMP	15.000
064	PARACETAMOL 200 MG/ML 15 ML	FRA	2.000
065	PARACETAMOL 500MG COMP	COMP	30.000
066	PREDNISONA 20MG	COMP	2.000
067	PREDNISONA 40MG	COMP	2.000
068	PROPANOLOL 40MG	COMP	15.000
069	SAIS EM PÓ P/REID. ORAL 27,5G	ENV	800
070	SECNIDAZOL 1000MG	COMP	3.000
071	SIMETICONA COMPRIMIDO	COMP	10.000
072	SIMETICONA GOTAS 75MG/ML FRASCO C/ 10ML	FRA	4.000
073	SINVASTATINA 20MG COM	COMP	20
074	SINVASTATINA 40MG COMP	COMP	20.000
075	SORO PARA REIDRATAÇÃO ORAL	ENV	1.000
076	SULFADIAZINA DE PRATA 400G CREME	POTE	200
077	SULFAMET. + TRIMET 400MG-80 MG	COMP	10.000
078	SULFAMET. + TRIMET. SUSP. 50ML FRA	VD	2.000
079	VITAMINA C GOTAS	FR	2.000
080	SULFATO FERROSO CPR 40MG	COMP	20.000

MEDICAMENTOS INJETÁVEIS DA FARMÁCIA BÁSICA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	ÁGUA P/INJECAO 10ML - Solução injetável, límpida e hipotônica, estéril e apirogênica.	AMP	1.200
002	ÁGUA P/INJECAO 500ML - Solução injetável, límpida e hipotônica, estéril e apirogênica.	FR	400
003	BENZILPENICILINA 600.000UI INJ. CX C/50	AMP	500
004	BENZPENICILINA 1200.000UI INJ. CX C/50	AMP	800
005	BUSCOPAN COMPOSTO 5ML	AMP	1.200
006	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SEM VASODILATADOR 20ML	FR	100
007	DEXAMETASONA 4MG 2,5ML	AMP	1.200
008	DIPIRONA SÓDICA 1G 2ML	AMP	2.030
009	BUSCOPAM SIMPLES 20MG/ML 1ML INJ	AMP	800
010	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML	FR	1.000
011	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML	FR	1.000
012	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML	FR	2.000
013	VITAMINA DO COMPLEXO B	AMP	1.200

INSUMOS DA FARMÁCIA BÁSICA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

001	ABAIXADOR DE LINGUA, MADEIRA, PACOTE 100 UN	PCT	80
002	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 13X0,45 (26G)	UND	4.000
003	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 25X0,70 (22G)	UND	4.000
004	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 40X0,80 (21G)	UND	4.000
005	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 40X1,20 (18G)	UND	4.000
006	ALCOOL 70% FRASCO 1000ML	LITRO	400
007	ALCOOL GEL 5000 ML	GALÃO	40
008	ALGODAO HIDROFILO 500G ROLO HOSPITALAR	ROLO	100
009	ATADURA DE CREPE 10CM X 3M, 9 FIOS, ALGODAO, NAO ESTERIL, EMBALAGEMCOM 12 ROLOS	DZA	700
010	ATADURA DE CREPE 15CM X 3M, 9 FIOS, ALGODAO, NAO ESTERIL, EMBALAGEMCOM 12 ROLOS	DZA	700
011	AVENTAL DESCARTAVEL COM MANGA LONGA PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	60
012	BALANÇA DIGITAL DE VIDRO	UNID.	30
013	BALANÇA PEDIÁTRICA TIPO MOLLA – KIT AGENTE DE SAÚDE	UNID.	40
014	FITA MÉTRICA 1,50M	UNID.	40
015	TERMÔMETRO DIGITAL	UNID.	40
016	COLETOR PARA MATERIAL PERFURO- CORTANTE CAP. 13 LITROS	UND	100
017	COLETOR PARA MATERIAL PERFURO- CORTANTE CAP. 20 LITROS	UND	100
018	COLETOR URINA, DESCARTAVEL, SISTEMA FECHADO, 2.000ML	UND	200
019	COMPRESSA DE GASE ESTERIL 7,5X7,5cm 13 FIOS ENVELOPE C/10UND	PCT	250
020	COMPRESSA DE GASE HIDROFILO 13 FIOS 7,5 X 7,5CM PCT C/500 UND	PCT	400
021	EQUIPO P/ SORO MACROGOTAS C/INJETOR LATERAL	UND	600
022	EQUIPO PARA DIETA ENTERAL	UNID.	200
023	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10CM X 4,5 M	UND	150
024	FITA MICROPOROSA 2,5MM X 10M	UND	80
025	FITA PARA AUTOCLAVE, 19MM X 30M	UND	150
026	FITA PARA GLICEMIA CAIXA COM 50 TIRAS	CAIXA	250
027	FIXADOR PARA CITOLOGICO 100ML	UND	80
028	FRALDA DESC. INFANTIL GRANDE	PCT	400
029	FRALDA GERIATRICA DESC. ADULTO GRANDE	PCT	400
030	FRALDA GERIATRICA DESC. ADULTO MÉDIO	PCT	500
031	FRALDA GERIATRICA DESC. ADULTO PEQUENA	PCT	400
032	GEL PARA ULTRASSOM 5000G	GALAO	20
033	KIT APARELHO DE PRESSAO ADULTO	KIT	20
034	KIT APARELHO DE PRESSAO INFANTIL	KIT	10
035	KIT PAPANICOLAU DESCARTAVEL TAM. G ESTERIL	UND	500
036	KIT PAPANICOLAU DESCARTAVEL TAM. M ESTERIL	UND	500
037	KIT PAPANICOLAU DESCARTAVEL TAM. P ESTERIL	UND	500
038	LÂMINA PARA BISTURI N 23 CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	20



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

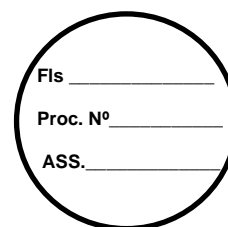
Fis. \_\_\_\_\_  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
ASS. \_\_\_\_\_

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

039	LÂMINA PARA BISTURI N 24 CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	20
040	LANCETA PICADORA DESCARTAVEL CAIXA C/200UND	CAIXA	50
041	LENÇOL 70XCMX50M NATURAL	ROL	300
042	LUVÁ CIRURGICA ESTERIL 7,0 PAR	PAR	300
043	LUVA DE PROC. DESC. - TAMANHO G	CAIXA	80
044	LUVA DE PROC. DESC. - TAMANHO M	CAIXA	200
045	LUVA DE PROC. DESC. - TAMANHO P	CAIXA	200
046	MÁSCARA DESCARTAVEL KN95 - POSSUI CLIP NASAL; FORMATO ANATÔMICO; CONTÉM 2 TIRAS DE ELÁSTICO PARA FIXAÇÃO; TAMANHO ÚNICO, PARA TODOS OS ROSTOS; FÁCIL MANUSEIO E COLOCAÇÃO, CONFORTÁVEL; HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO;BAIXACONDUCTIVIDADE TÉRMICA;BAIXA INFLAMABILIDADE.	UND	500
047	MÁSCARA DESCARTAVEL TRIPLA CAIXA C/ 50 UND	PCT	500
048	MEDIDOR DE GLICOSE SIMPLES	UND	30
049	PAPEL GRAU CIRURGICO P/ ESTERILIZACAO 120MM X 100M	ROLO	15
050	PAPEL PARA ECG TERMOSENSÍVEL 216MMX30M	ROLO	60
051	PROPÉS DESCARTAVEL C/100	PCT	40
052	SCALP N 23	UND	2.000
053	SERINGA DESCARTAVEL 03ML COM AGULHA 25X07	UND	4.000
054	SERINGA DESCARTAVEL 05ML COM AGULHA 25X07	UND	4.000
055	SERINGA DESCARTAVEL 10ML COM AGULHA 25X07	UND	6.000
056	SERINGA DESCARTAVEL 20ML COM AGULHA 20X07	UND	2.000
057	SERINGA DESCARTAVEL 60ML	UND	200
058	SERINGA DESCATAVEL 01ML COM AGULHA 13X4,5	UND	2.000
059	SONDA FOLLEY 2V Nº 14 COM BALÃO	UND	200
060	SONDA FOLLEY 2V Nº 16 COM BALÃO	UND	200
061	SONDA URETRAL PLASTICA N. 06	UND	300
062	SONDA URETRAL PLASTICA N. 08	UND	300
063	TERMOMETRO CLÍNICO COMUM	UNID.	20
064	TERMOMETRO DIGITAL DE MAXIMA E MINIMA	UND	20
065	TERMOMETRO INFRAVERMELHO	UND	15
066	TOUCA DESC. C/ 100 UNIDADES	PCT	100

**MEDICAMENTOS INJETÁVEIS USO HOSPITALAR**

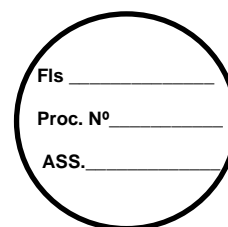
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	ACIDO ASCORBICO 1G	AMP	3.000
002	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG + CARBONATO DE MAGNÉSIO 30MG	CX	40
003	ACIDO TRANEXAMICO 5ML 10%	AMP	500
004	ADRENALINA 1G AMP 1ML	AMP	500
005	ÁGUA P/INJECAO 10ML	AMP	1.000
006	ÁGUA P/INJECAO 500ML	FR	400
007	AMINOFILINA 24 MG/ML 10ML	AMP	150
008	AMIODARONA 50MG/3ML	AMP	400



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

009	ATORVASTATINA CALCICA 40MG	CX	15
010	ATROPINA 0,25MG 1ML	AMP	400
011	BENZPENICILINA 1.200.000UI INJ. CX C/50	AMP	800
012	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% 10ML	AMP	400
013	BROMOPRIDA 5MG/ML 2ML	AMP	1.200
014	BUPIVACAÍNA 0,5% + GLICOSE 4ML AMP	AMP	600
015	BUSCOPAN COMPOSTO 5ML	AMP	1.200
016	CARVEDILOL 6,25MG	CX	15
017	CEFALOTINA 1G	FR	500
018	CEFTRIAXONA 1G	FR	1.500
019	CETOPROFENO 100MG IM INJ. 2ML	AMP	1.800
020	CIMETIDINA 150MG/ML INJ AMP 2ML	AMP	1.200
021	CIPROFLOXACINO 200MG 100ML	FR	1.000
022	COMBODART 0,5MG/0,4MG	CX	30
023	CONDESARTANA CILEXETILA 32 MG	CX	30
024	CLISTEROL 12%	FR	300
025	CLORETO DE POTÁSSIO 10% 10ML	AMP	600
026	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10 MG/ML	AMP	500
027	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% SEM VASODILATADOR 20ML	FR	400
028	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG\ML 2ML	AMP	1.000
029	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG	CX	120
030	CLORIRATO DE BUPIVACAÍNA + EPINEFRINA 0,5% 20ML	AMP	500
031	DESLANOSÍDIO 0,2MG/ML 1ML	AMP	500
032	DEXAMETASONA 4MG 2,5ML	AMP	1.600
033	DICLOFENACO DE SÓDIO 75MG/3ML	AMP	1.400
034	DIPIRONA SÓDICA 1G 2ML	AMP	2.500
035	DOPAMINA 5MG/ML 10ML INJ	AMP	400
036	ESPIROLACTONA 50MG	CX	15
037	FUROSEMIDA 20MG 2ML	AMP	1.000
038	GENTAMICINA 40MG/ML 1ML	AMP	1.000
039	GENTAMICINA 80MG/ML 2ML	AMP	1.000
040	GLICOSE HIPERTONICA 25% 10ML	AMP	400
041	GLICOSE HIPERTONICA 50% 10ML	AMP	1.200
042	GLIMEOIRIDA 4MG + METFORMINA 1000MG	CX	15
043	HEPARINA 5000UI 0,25ML	AMP	400
044	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5MG	CX	30
045	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 10MG	CX	15
046	NOVORAPID FLEXPEN (INSULINA ASPART 3ML 100U/ML)	FR	40
047	TRESIBA FLEXTOUCH (INSULINA DEGLUDECA 3ML 100U/ML)	FR	15
048	HUMALOG (INSULINA LISPRO 3ML 100U/ML)	FR	15
049	ENOXAPARINA SÓDICO 40MG	AMP	400
050	HIDRALAZINA 20MG/ML 1ML	AMP	1.000
051	HIDROCORTIZONA 100MG 10ML	FR	600

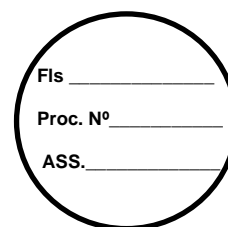


**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

052	HIDROCORTIZONA 500MG 10ML	FR	1.200
053	INSULINA NPH	FR	200
054	INSULINA REGULAR HUMANA	FR	400
055	IVABRADINA 7,5MG	CX	15
056	MANITOL 20%	FR	300
057	MATERGAM 300MCG/1,5ML	FR	80
058	METILERGOMETRINA 0,2MG 1ML	AMP	600
059	METOCLOPRAMIDA 10MG 2ML	AMP	800
060	METRONIDAZOL 5 MG/ML 100 ML	FR	1.200
061	NORIPURUM 20MG/ML 5ML	AMP	1.000
062	NOOTROPIL 200MG/ML INJ 5ML AMP IV	AMP	400
063	OMEPRAZOL 40MG 10ML DILUENTE	AMP	1.200
064	ONDASETRONA 2MG / 4ML	AMP	800
065	OXACILINA 500 MG + 3ML DILUENTE	AMP	400
066	OXITOCINA 5UI 1ML	AMP	1.000
067	PROMETAZINA 50MG/ML	AMP	200
068	SACUBITRIL 97MG + VALSARTANA SÓDICA 103MG	CX	30
069	SOLUÇÃO DE RINGER LACTADO 500ML	FR	1.200
070	SOLUÇÃO GLICERINADA 12% 500 ML	UND	1.000
071	SOLUÇÃO RINGER SEM LACTATO 500ML	FR	800
072	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML	FR	5.000
073	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML	FR	5.000
074	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML	FR	6.000
075	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500ML	FRA	1.000
076	SORO GLICOSADO 5% 500ML	FR	1.200
077	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 10ML	AMP	600
078	TENOXICAN 40MG	AMP	800
079	VITAMINA DO COMPLEXO B	AMP	1.800
080	VITAMINA K 10 MG 1 ML	AMP	1.000

INSUMOS HOSPITALARES PARA HOSPITAL			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	ABAIXADOR DE LINGUA, MADEIRA, PACOTE 100 UM	PCT	40
002	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 13X0,45 (26G)	UND	4.000
003	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 25X0,70 (22G)	UND	4.000
004	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 40X0,80 (21G)	UND	4.000
005	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 40X1,20 (18G)	UND	4.000
006	ALCOOL 70% FRASCO 1000ML	LITRO	400
007	ALGODAO HIDROFILO 500G ROLO HOSPITALAR	ROLO	200
008	ALMOTOLIA PLASTICA TRANSPARENTE 250ML	UND	60
009	ALMOTOLIA PLASTICA TRANSPARENTE 500ML	UND	100
010	ATADURA DE CREPE 10CM X 3M, 9 FIOS, ALGODAO, NAO ESTERIL, EMBALAGEM COM 12 ROLOS	DZA	1.000
011	ATADURA DE CREPE 12CM X 3M, 9 FIOS, ALGODAO, NAO ESTERIL, EMBALAGEM COM 12 ROLOS	DZA	1.320
012	ATADURA DE CREPE 15CM X 3M, 9 FIOS, ALGODAO, NAO ESTERIL, EMBALAGEM COM 12 ROLOS	DZA	1.320

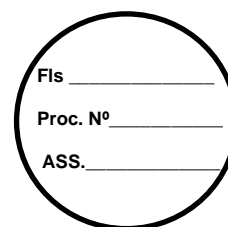


**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

013	ATADURA GESSADA 10CM X 3 M	PCT	400
014	ATADURA GESSADA 15CM X 3M	PCT	400
015	AVENTAL DESCARTAVEL COM MANGA CURTA PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	200
016	AVENTAL DESCARTAVEL COM MANGA LONGA PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	300
017	BOLSA PARA COLOSTOMIA 30 CM	UND	300
018	BOLSA PARA COLOSTOMIA 50 CM	UND	300
019	CAMPO OPERATORIO 45X50CM PACOTE COM 50 UND	PCT	150
020	CATETER JELCO 16	UND	800
021	CATETER JELCO 20	UND	2.600
022	CATETER JELCO 22	UND	4.000
023	CATETER JELCO 24	UND	4.000
024	CATETER NASAL TIPO ÓCULO	UND	800
025	CATETER PARA OXIGENIO TIPO OCULOS	UND	800
026	CATGUT CROMADO 4-0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	20
027	CATGUT CROMADO 5-0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	20
028	CATGUT SIMPLES 4-0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	30
029	CATGUT SIMPLES 5-0 COM AGULHA CAIXA COM 24	CAIXA	30
030	CLAMP UMBILICAL DESCARTÁVEL	UND	500
031	COLETOR PARA MATERIAL PERFURO- CORTANTE CAP. 20 LITROS	UND	200
032	COLETOR URINA, DESCARTAVEL, SISTEMA ABERTO, 1.200ML	UND	200
033	COLETOR URINA, DESCARTAVEL, SISTEMA FECHADO, 2.000ML	UND	600
034	COMPRESSA DE GASE EM ROLO 91cm x 91m 9 FIOS (QUEIJO)	ROLO	200
035	COMPRESSA DE GASE ESTERIL 7,5X7,5cm 13 FIOS ENVELOPE C/10UND	PCT	800
036	COMPRESSA DE GASE HIDROFILA 13 FIOS 7,5 X 7,5CM PCT C/500 UND	PCT	1.100
037	DEGERMANTE IODO – PVPI	FRASCO	80
038	EQUIPO P/ SORO MACROGOTAS C/INJETOR LATERAL	UND	5.500
039	EQUIPO PARA SORO MICROGOTAS C/INJETOR LATERAL	UND	200
040	ESCOVA PARA ASSEPSIA DAS MAOS COM PVPI	UND	400
041	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10CM X 4,5 M	UND	400
042	FITA MICROPOROSA 2,5MM X 10M	UND	400
043	FITA PARA AUTOCLAVE, 19MM X 30M	UND	150
044	FITA PARA GLICEMIA CAIXA COM 50 TIRAS	CAIXA	300
045	FRALDA DESC. INFANTIL GRANDE	PCT	300
046	FRALDA DESC. INFANTIL MÉDIO	PCT	300
047	FRALDA DESC. INFANTIL PEQUENA	PCT	300
048	FRALDA GERIATRICA DESC. ADULTO GRANDE	PCT	300
049	FRALDA GERIATRICA DESC. ADULTO MÉDIO	PCT	300
050	FRALDA GERIATRICA DESC. ADULTO PEQUENA	PCT	300





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

051	GEL PARA ULTRASSOM 5000G	GALAO	40
052	KIT MASCARA PARA INALACAO ADULTO	UND	100
053	KIT MASCARA PARA INALACAO INFANTIL	UND	100
054	LÂMINA PARA BISTURI N 24 CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	100
055	LANCETA PICADORA DESCARTAVEL CAIXA C/200UND	CAIXA	100
056	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7,0 PAR	PAR	400
057	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7,5 PAR	PAR	400
058	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8,0 PAR	PAR	400
059	LUVA DE PROC. DESC. - TAMANHO G	CAIXA	300
060	LUVA DE PROC. DESC. - TAMANHO M	CAIXA	400
061	LUVA DE PROC. DESC. - TAMANHO P	CAIXA	400
062	MASCARA DESCARTAVEL KN95	UND	800
063	MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA CAIXA C/ 50 UND	PCT	800
064	MEDIDOR DE GLICOSE SIMPLES	UND	80
065	NYLON 2-0 COM AGULHA, CAIXA COM 24	CAIXA	30
066	NYLON 3-0 COM AGULHA, CAIXA COM 24	CAIXA	30
067	NYLON 4-0 COM AGULHA, CAIXA COM 24	CAIXA	20
068	NYLONN 5-0 COM AGULHA, CAIXA COM 24	CAIXA	50
069	OCULOS EM ACRILICO TRANSPARENTE P/ PROTECAO	UND	100
070	PROPÉS DESCARTAVEL C/100	PCT	100
071	SCALP N 19	UND	1.000
072	SCALP N 21	UND	1.000
073	SCALP N 23	UND	2.000
074	SCALP N 25	UND	1.000
075	SCALP N 27	UND	1.000
076	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 13X0,45 (26G)	UND	4.000
077	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 25X0,70 (22G)	UND	4.000
078	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 40X0,80 (21G)	UND	4.000
079	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 40X1,20 (18G)	UND	4.000
080	SONDA FOLLEY 2V Nº 10 COM BALÃO	UND	500
081	SONDA FOLLEY 2V Nº 12 COM BALÃO	UND	500
082	SONDA FOLLEY 2V Nº 14 COM BALÃO	UND	500
083	SONDA FOLLEY 2V Nº 16 COM BALÃO	UND	500
084	SONDA FOLLEY 2V Nº 18 COM BALÃO	UND	500
085	SONDA FOLLEY 2V Nº 20 COM BALÃO	UND	500
086	SONDA FOLLEY 2V Nº 22 COM BALÃO	UND	500
087	SONDA FOLLEY 2V Nº 24 COM BALÃO	UND	500
088	SONDA PARA ASPIRACAO TRAQUEAL N. 12	UND	500
089	SONDA URETRAL PLASTICA N. 06	UND	500
090	SONDA URETRAL PLASTICA N. 08	UND	500
091	SONDA URETRAL PLASTICA N. 10	UND	500
092	SONDA URETRAL PLASTICA N. 12	UND	500
093	SONDA URETRAL PLASTICA N. 14	UND	500
094	TERMOMETRO DIGITAL DE MAXIMA E MINIMA	UND	40
095	TOUCA DESC. C/ 100 UNIDADES	PCT	100
096	VASELINA SOLIDA 30G	UND	600



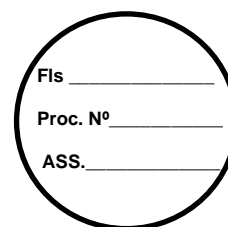
Fis. \_\_\_\_\_  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
ASS. \_\_\_\_\_

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

MEDICAMENTO PSICÓTROPICO HOSPITAL			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	AMPLICTIL 100MG	CAIXA	40
002	AMATO 50MG	CAIXA	40
003	AMITRIPTILINA 25MG	CAIXA	40
004	CARBAMAZEPINA 200MG	CAIXA	150
005	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 10 MG	CAIXA	15
006	CLONAZEPAM 0,5MG	CAIXA	40
007	CLONAZEPAM 10MG	CAIXA	40
008	CLONAZEPAM 2MG	CAIXA	15
009	CLORPROMAZINA 100MG	COMP	400
010	CLORPROMAZINA 25MG	COMP	400
011	ÁCIDO VALPRÓICO/VALPROATO DE SÓDIO 50MG	CAIXA	50
012	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG	CAIXA	40
013	DIAZEPAM 10 MG	CAIXA	100
014	DIAZEPAM 5MG	CAIXA	100
015	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG	CAIXA	40
016	CLORIDRATO DE DULOXETIN 60MG	CAIXA	40
017	ESCITALOPRAM 10MG	CIXA	120
018	CLOBAZAM 20MG	CAIXA	40
019	HALOPERIDOL 1MG	COMP	500
020	HALOPERIDOL 5MG	COMP	1.500
021	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG (QUEPSIA LP)	CAIXA	15
022	HALOPERIDOL DECANOATO 70,52MG/ML	FRASCO	75
023	LAMOTRIGINA 100MG	CAIXA	40
024	LEVOMEPRIMAZINA 100MG	CAIXA	40
025	BROMAZEPAM 3MG	CAIXA	15
026	CARBONATO DE LITIO 200MG	CAIXA	40
027	LEVOMEPRIMAZINA 100MG	CAIXA	15
028	PERICIAZINA 4% GOTAS	FR	40
029	PARACETAMOL 500MG + FOSFATO DE CODEÍNA 30MG	CAIXA	40
030	PREGABALINA 150MG	CAIXA	40
031	QUETIAPINA 25MG	CAIXA	15
032	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG	FR	15
033	RISPERIDONA 1MG	CAIXA	80
034	RISPERIDONA 2MG	CAIXA	40
035	RISPERIDONA 1MG/ML	FR	40
036	RISPERIDONA 2MG/ML	FR	40
037	OXCARBAZEPINA 600MG	CAIXA	40
038	CLORPROMAZINA 25MG / 5ML	AMP	800
039	CITRATO DE FENTANILA 78,5MCG/ML	AMP	500
040	DIAZEPAM 10 MG	AMP	1.000
041	FENITOÍNA	AMP	300
042	HALOPERIDOL 5MG/ 1ML	AMP	1.000



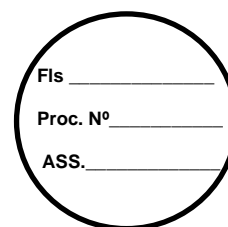


**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

043	HALOPERIDOL DECONOATO 70,52MG / 1ML	AMP	300
044	MORFINA 10MG/ML INJ 1ML	AMP	1.100
045	PETIDINA 50MG/ML 1ML INJ	AMP	600
046	TRAMADOL 50MG/ML AMP 2ML	AMP	1.400
047	DIAZEPAM 5MG/ML 2ML	AMP	150
048	FENOBARBITAL 100MG/ 2ML	AMP	150
049	HALOPERIDOL 5MG/ 1ML	AMP	200
050	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML	AMP	500

MATERIAL DE LABORATÓRIO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	ACIDO URICO LÍQUIDO ESTAVEL P/126 TESTES K052 (C 120)	KIT	12
002	ÁGUA DEIONIZADA 1000ML	FR	80
003	AGULHA DESCARTAVEL 25X8 CX C/100 UND	CX	250
004	ALCOOL 70% C/1000ML	LT	500
005	ALCOOL 92% C/1000ML	LT	200
006	ASLO EM LATEX	KIT	20
007	AVENTAL DESCARTAVEL PCT C/10 UND	PCT	100
008	BILIRRUBINA TESTE C/110	KIT	20
009	CALICES DE SEDIMENTACAO DE FEZES CAP. 60ML	UND	200
010	CLOROFORMIO PA 1000ML - PF	UND	20
011	COLESTEROL ENZIMATICO C/200 TESTES	KIT	50
012	COLESTEROL HDL ENZIMATICO C/100 TESTES	KIT	100
013	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13 LITROS	UND	200
014	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 20 LITROS	UND	200
015	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 7 LITROS	UND	200
016	COPO DE BECKER 100ML	UND	30
017	COPO DE BECKER 600ML	UND	20
018	CREATINIMA ENZIMATICA	KIT	30
019	CURATIVO ADESIVO PARA PULSAÇÃO CX C/500 UND	CX	100
020	ESCOVA P/LAVAGEM DE TUBO TAMANHO G	UND	120
021	ESCOVA P/LAVAGEM DE TUBO	UND	100
022	FATOR REUMATOIDE EM LATEX	KIT	30
023	FITA PARA GLICEMIA CX C/50	CX	100
024	FITA PARA TESTE BHCG C/100 TESTES	KIT	50
025	FITA REATIVA PARA URINALISE CX/100 UND	CX	100
026	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY P/LÂMINA C/100 ML	UND	200
027	FOSFATASE ALCALINA	KIT	20
028	GALERIA P/ TUBO DE ENSAIO P/72 TUBOS COR BRANCA	UND	20
029	GAMA GT	KIT	20
030	GARROTE COM TRAVA	UND	60
031	GLICOSE K 082-2 C/500	KIT	50



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

032	HCG STRIP CX C/25 TIRAS	KIT	50
033	HEMOGLOBINA GLICOSILADA K023	KIT	20
034	ODO PA 1000ML - PF	UND	20
035	KIT DE COLORAÇÃO P HEMOGRAMA	UND	20
036	KIT DE COLORAÇÃO ZIEHL 3 X 500ML	KIT	20
037	KIT PARA TESTE DE GLICOSE	KIT	100
038	LAMINA FOSCA LAPIDADA 26X76MM C/50UND	CX	120
039	LAMINA LISA C/50UND	CX	120
040	LAMINA P/ MICROSCOPIA FOSCA LAPIDADA CX C/50UND	CX	120
041	LAMINULA 22X22 C/100 UND	CX	60
042	LIQUIDO DE TURK C/1000ML	LT	35
043	LUVA DE PROC. DESC. - TAMANHO G	CX	200
044	LUVA DE PROC. DESC. - TAMANHO M	CX	200
045	LUVA DE PROC. DESC. - TAMANHO P	CX	200
046	MASCARA TRIPLA DESC. C/50 UNID	CX	300
047	OLEO DE IMERSAO C/100ML	UND	35
048	PCR EM LATEX C/100	KIT	35
049	PIPETA DE WISTERGREEN 200MM	UND	70
050	PIPETADOR FIXO 1000ML	UND	16
051	PIPETADOR FIXO 100ML	UND	16
052	PIPETADOR FIXO 10ML	UND	16
053	PIPETADOR FIXO 20ML	UND	16
054	PIPETADOR FIXO 250ML	UND	16
055	PIPETADOR FIXO 25ML	UND	16
056	PIPETADOR FIXO 500ML	UND	16
057	PIPETADOR FIXO 50ML	UND	16
058	PLACA DE KLINE	UND	20
059	PROTEINA AMARELA C/1000UND	PCT	20
060	PROTEINA AZUL C/1000UND	PCT	20
061	PROVETA GRADUADA 1000ML	UND	20
062	PROVETA GRADUADA 500ML	UND	20
063	PSA C/20	CX	20
064	REAGENTE PARA HEMOGRAMA ABX BASOLYSE 2	UND	40
065	REAGENTE PARA HEMOGRAMA ABX CLEANER	KIT	45
066	REAGENTE PARA HEMOGRAMA ABX EOSINOFIX	UND	30
067	RELÓGIO CRONOMETRO	UND	30
068	SOLUÇÃO PARA LIMPEZA ABX MINOCLAIR	UND	40
069	SORO ANTI - A C/10ML	FR	40
070	SORO ANTI - B C/10ML	FR	60
071	SORO ANTI - D C/10ML	FR	40
072	SORO DE COOMBS C/10ML	FR	40
073	SUPORTE PARA VHS	UND	4
074	TESTE RAPIDO COVID-19	UND	700
075	TESTE RAPIDO SWAB AG	UND	300
076	TRANSAMINASE TGO C/120	KIT	30
077	TRANSAMINASE TGP C/120	KIT	30



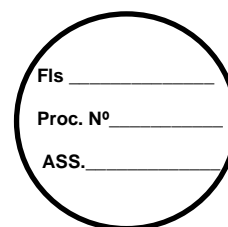
**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. \_\_\_\_\_  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
ASS. \_\_\_\_\_

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

078	TRIGLICERIDEOS ENZIMATICO C/200	KIT	25
079	TUBO DE ENSAIO 05ML	UND	1.500
080	TUBO DE ENSAIO 10ML	UND	1.500
081	TUBO DE ENSAIO AMARELO 6ML	UND	1.200
082	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO 5 ML P/ BANHO MARIA	UND	400
083	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO 7,5 ML P/ BANHO MARIA	UND	500
084	TUBOS CAPILARES S/HEPARINA C/500 UNID	TB	40
085	TUBOS SILICONIZADOS 10ML P/ SORO	UND	500
086	TUBOS SILICONIZADOS 4,5ML	UND	400
087	TUBOS SILICONIZADOS 4ML (FLUORETO) GLICOSE	UND	400
088	TUBOS VACUTAINER C/EDTA PCT C/100 UND	PCT	30
089	UREIA ENZIMATICA C/500	KIT	30
090	VDRL PRONTO P/ USO C/ 6ML	UND	20

MATERIAL ODONTOLÓGICO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	ACIDO GEL SERINGA 37%ML C/3	UND	156
002	ADESIVO COM FLUOR	UND	156
003	ÁGUA DEINOZINADA 1000ML	FRASCO	625
004	AGULHA GENGIVAL 30g CURTA C/ 100	CX	125
005	AGULHA GENGIVAL TAMANHO EXTRA CURTA 30G CX C/100	CX	63
006	AGULHA GENGIVAL TAMANHO LONGA 27G CX C/100	CX	125
007	ALCOOL 70% FRASCO 1000ML	LITRO	400
008	ALCOOL GEL 500 ML	FRASCO	625
009	ALGODAO HIDROFILO 500G ROLO HOSPITALAR	ROLO	188
010	ALGODAO ROLETE DENTAL C/ 100 UND	PCT	469
011	ANESTESICO ODONTOLOGICO 2% LIDOCAINA COM EPINEFRINA CX C/50TUBETES	CX	78
012	ANESTESICO ODONTOLOGICO 2% LIDOCAINA SEM VASO CX C/ 50 TUBETES	CX	31
013	ANESTESICO ODONTOLOGICO MEPIVACAINA 2% CX C/ 50 TUBETES	CX	78
014	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAINA SABOR MENTA PINA COLADA E TUTTI FRUIT POTE COM 12GR	FRASCO	156
015	APLICADORES DESCARTÁVEIS MICROBRUSH	CX	156
016	AVENTAL DESCARTAVEL COM MANGA LONGA PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	234
017	BABADOR DESC. C/100 UNID	PCT	234
018	BROCA CARBIDE FG ALTA ROTACAO NUMERACAO VARIADA	UND	94
019	BROCA CARBIDE FG XI CIRURGICA ALTA ROTACAO NUMERACAO VARIADA	UND	94
020	BROCA CIRÚRGICA ZEKRYA	UND	94
021	BROCA DIAMANTADA FG PARA ALTA ROTACAO 1 A 4 SERIE NUMERACAO VARIADA	UND	188



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

022	BROCA DIAMANTADA FG PARA ALTA ROTACAO F 1 A 4 SERIE NUMERACAO VARIADA - HASTE LONGA	UNID	188
023	BROQUEIRO PARA 15 BOCAS	UND	16
024	BROQUEIRO PARA 60 BROCAS	UND	13
025	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO P.A	UND	94
026	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO PASTA LINER 24g	UND	78
027	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO PASTA RADIOPACA HIDRO C	UND	78
028	CLOREXIDINA 2% COM 100ML ODONTOLOGICO	FRASCO	313
029	COLETOR PARA MATERIAL PERFURO- CORTANTE CAP. 7 LITROS	UND	469
030	COLTOSOL OU OBTURADOR PROVISORIO 25G	UND	156
031	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA 13 FIOS 7,5 X 7,5CM PCT C/500 UND	PCT	156
032	ENVELOPES AUTO SELANTE COLANTE 90X160MM PAPEL GRAU CIRURGICO C/ 100UNIDADES	PCT	100
033	ESCOVA DE ROBSON PLANA OU CONICA	UND	156
034	ESCOVA PARA LIMPEZA DE BROCAS	UND	47
035	ESPELHO BUCAL Nº 03	UND	94
036	ESPELHO BUCAL Nº 04	UND	94
037	FILME ODONTOLOGICO PERIAPICAL CX C/ 150 UND	CX	23
038	FILME ODONTOLOGICO PERIAPICAL INFANTIL CX C/ 100 UND	CX	13
039	FIO DE SUTURA DE NYLON COM 24 UNIDADES CADA	CX	78
040	FIO DE SUTURA DE SEDA COM 24 UNIDADES CADA.	CX	94
041	FIO DENTAL 100 M	FRASCO	156
042	FIO MATRIZ 5MM	UND	125
043	FIO MATRIZ 7MM	UND	125
044	FITA PARA AUTOCLAVE, 19MM X 30M	UND	188
045	FIXADOR ODONTOLOGICO 475 ML	FRASCO	94
046	FLUOR GEL ACIDULADO C/200ML	UND	125
047	FLUOR GEL NEUTRO 200ML	UND	125
048	IONOMERO DE VIDRO C PO E LIQ KIT	FRASCO	55
049	LÂMINA PARA BISTURI N15 CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	156
050	LUVA DE PROC. DESC. - TAMANHO G	CX	156
051	LUVA DE PROC. DESC. - TAMANHO M	CX	156
052	LUVA DE PROC. DESC. - TAMANHO P	CX	313
053	MASCARA DESCARTAVEL KN95	UND	1.875
054	MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA CAIXA C/ 50 UND	CX	391
055	OCULOS EM ACRILICO TRANSPARENTE P/ PROTECAO	UND	781
056	OLEO LUBRIFICANTE DE ALTA ROTACAO SPRAY 100 ML	FRASCO	78
057	OTOSPORIN	FRASCO	63
058	PAPEL GRAU CIRÚRGICO ESTERILIZAÇÃO BOBINA 100MMX100M	ROLO	47



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. \_\_\_\_\_  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
ASS. \_\_\_\_\_

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

059	PAPEL GRAU CIRÚRGICO ESTERILIZAÇÃO BOBINA 150MMX100M	ROLO	47
060	PAPEL PARA ARTICULACAO ARCADA TOTAL	ROLO	63
061	PAPEL PARA ARTICULACAO DUPLA FACE C/12 FOLHAS	PACOTE	156
062	PASTA PARA PROFILAXIA DENTAL 90G	FRASCO	156
063	PEDRA POMES EMBALAGEM COM 100G	UND	23
064	PEDRA POMES EXTRAFINO	UND	23
065	POSICIONADOR DE FILME KIT QUIMICO UNIVERSAL	UND	63
066	PROPÉS DESCARTAVEL C/100	PCT	156
067	RESINA FOTO POLIMERIZAVEL AZ100 A1	UND	47
068	RESINA FOTO POLIMERIZAVEL AZ100 A2	UND	47
069	RESINA FOTO POLIMERIZAVEL AZ100 A3	UND	63
070	RESINA FOTO POLIMERIZAVEL AZ250 A2	UND	63
071	RESINA FOTO POLIMERIZAVEL AZ250 A3	UND	47
072	RESINA FT. POLIMERIZAVEL P/DENTES ANT. E POSTERIORES A2	UND	47
073	RESINA FT. POLIMERIZAVEL P/DENTES ANT. E POSTERIORES A3.5	UND	63
074	REVELADOR ODONTOLOGICO 475 ML	FRASCO	63
075	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA ODONTOLÓGICA	FRASCO	94
076	SUGADOR CIRURGICO DESCARTAVEL	PCT	109
077	SUGADOR DESCARTAVEL DE SALIVAPACOTE C/40 UND CADA COM TUBO EM PVC ATOXICO	PCT	313
078	TIRAS ABRASIVAS PARA POLIMENTO C/150 UND	PCT	125
079	TIRAS DE ACABAMENTO PARA RESINA	UND	78
080	TIRAS DE POLIESTER C/50 UND	UND	94
081	TOUCA DESC. C/ 100 UNIDADES	PCT	313
082	VERNIZ COM FLUOR FLUORNIZ	FRASCO	94

#### 4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade

a. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

##### Subcontratação

b. Não é admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

i. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: artistas locais, regionais e nacional.

ii. Garantia da contratação



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

c. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

## 5 EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

a. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

i. Início da execução do objeto: 3 (três) dias da emissão da ordem de fornecimento;

ii. *Descrição detalhada dos mobiliários, fabricante, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: (...)*

iii. *Cronograma de realização dos fornecimentos:*

### Local e horário dos fornecimentos

b. Os fornecimentos serão entregues no seguinte endereço conforme demanda da secretaria.

c. Materiais a serem disponibilizados:

d. *Para a perfeita execução dos fornecimentos, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:*

### Especificação da garantia do fornecimento (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

e. *O prazo de garantia contratual dos fornecimentos é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

## 6 GESTÃO DO CONTRATO

a. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

b. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

c. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

d. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

**Fiscalização**

e. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

f. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

g. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

h. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

i. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

j. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

k. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**Fiscalização Administrativa**

l. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

m. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

n. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

**Gestor do Contrato**

- o. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- p. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- q. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- r. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- s. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- t. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- u. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**7 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

a. A avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento para aferição da qualidade do fornecimentos **OU** o disposto neste item.

i. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

1. não produzir os resultados acordados,



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do fornecimento, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**Do recebimento**

b. Os fornecimentos serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

i. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos fornecimentos a que se referem a parcela a ser paga.

ii. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

iii. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

iv. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

v. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos fornecimentos realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

vi. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

vii. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de fornecimentos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

viii. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de fornecimentos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

ix. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

- x. Os fornecimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- c. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- d. Os fornecimentos serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do fornecimento e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- i. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
  - ii. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
  - iii. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos fornecimentos prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - iv. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - v. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- e. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- f. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- g. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

### Liquidação

h. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

i. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

i. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

j. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

k. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, com os documentos solicitados na fase de habilitação ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

l. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

m. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

n. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

o. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

p. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação;

**Prazo de pagamento**

q. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

r. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

**Forma de pagamento**

s. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

t. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

u. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

i. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

v. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Antecipação de pagamento**

w. *A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial, conforme as regras previstas no presente tópico.*

x. *Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.*

i. *No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.*





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

*ii. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do INPC, ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.*

*y. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.*

*z. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).*

*aa. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.*

*bb. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.*

**Cessão de crédito**

*cc. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.*

*i. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.*

*dd. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.*

*ee. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.*

*ff. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).*

*gg. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.*



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

## **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

a. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO

### **Regime de execução**

b. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

### **CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços**

c. *Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.*

*i. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);*

d. *Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: (...)*

*i. valor global: conforme valor estimado da licitação.*

## **9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

a. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.292.674,61 (três milhões, duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na *tabela acima*.

b. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos fornecimentos registrados, nas seguintes situações:*

*i. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

*ii. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

*iii. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

*iv.poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

## **10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- a. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO.
- b. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade: [...];
  - II) Fonte de Recursos: [...];
  - III) Programa de Trabalho: [...];
  - IV) Elemento de Despesa: [...];
  - V) Plano Interno: [...];
- c. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024  
ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
(Processo Administrativo nº \_\_\_\_/2024)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE DO  
MARANHÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

*O Município de Água Doce do Maranhão, pessoa jurídica de Direito Público Interno, por intermédio da Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 01.612.339/0001-01, com sede na Rua de Nazaré, S/N - Centro, Água Doce do Maranhão – MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal de ....., Sr. ...., portador do CPF nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

- d. O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.
- e. Objeto da contratação:
- f. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- i.O TERMO DE REFERÊNCIA;
  - ii.O Edital da Licitação;
  - iii.A Proposta do contratado;
  - iv.Eventuais anexos dos documentos supracitados.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

**11 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

a. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do(a) assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

i. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

b. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

c. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**12 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

a. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no TERMO DE REFERÊNCIA, anexo a este Contrato.

**13 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

i. Não é permitida a subcontratação parcial ou total do objeto.

**14 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

a. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (....).

b. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**15 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

a. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no TERMO DE REFERÊNCIA, anexo a este Contrato.

**16 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

a. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ (DD/MM/AAAA).



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

- b. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- c. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- d. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- e. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- f. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- g. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- h. O reajuste será realizado por apostilamento.

**17 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- a. São obrigações do Contratante:
- b. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- c. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA;
- d. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- e. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- f. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no TERMO DE REFERÊNCIA.
- g. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

- i. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- k. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- l. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**18 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- a. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital



Fis	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- h. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- i. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- l. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- m. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- n. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**19 CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- a. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

**20 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- a. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
  - a) der causa à inexecução parcial do contrato;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos fornecimentos públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- b. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
1. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
  2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de .....% a ...% do valor do Contrato.
  3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de .....% a ...% do valor do Contrato.
  4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de .....% a ...% do valor do Contrato.
  5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de .....% a ...% do valor do Contrato.
  6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de .....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- c. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

- i. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- ii. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iii. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- d. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- e. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- f. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- g. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- h. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

i. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

j. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **21 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

a. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

i. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

ii. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

b. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

i. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

ii. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

iii. Indenizações e multas.

c. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

## **22 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

a. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

## **23 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

a. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024  
disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **24 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

- a. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- b. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- c. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- d. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **25 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

- a. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **26 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

- a. Fica eleito o Foro de Araiões - MA, comarca de Água Doce do Maranhão - MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Água Doce do Maranhão - MA, ..... de .... de 2024

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:





Fis	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024  
ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

N.º .....

O Município de Água Doce do Maranhão, pessoa jurídica de Direito Público Interno, por intermédio da Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 01.612.339/0001-01, com sede na Rua de Nazaré, S/N - Centro, Água Doce do Maranhão – MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal de ....., Sr. ...., portador do CPF nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL HOSPITALAR E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO - MA, , especificado(s) no(s) itens abaixo, anexo *edital de Licitação nº 012/2024*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade e Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

--	--	--	--	--	--	--	--	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de fornecimento público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os fornecimentos com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos fornecimentos registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. _____
Proc. Nº _____
ASS. _____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2024.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.



Fis	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2024).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Água Doce do Maranhão - MA, ..... de .... de 2024

Representante legal do órgão gerenciador

Representante legal do legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. \_\_\_\_\_  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
ASS. \_\_\_\_\_

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

**ANEXO**  
**CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

*ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO*

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2024-SRP**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2024**

A .....(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº.....,  
LOCALIZADA À ....., DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI  
14.133/21, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE  
CERTAME LICITATÓRIO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO/MA,  
REFERENTE AO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2024-SRP**

....., ..... DE ..... DE 2024.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis.	_____
Proc. Nº	_____
ASS.	_____

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

*ANEXO V – DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS  
PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL*

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2024-SRP**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2024**

A .....(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº.....,  
LOCALIZADA À ....., DECLARA, EM QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE  
RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL, PREVISTAS EM LEI E EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS.

....., ..... DE ..... DE 2024.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM**  
CNPJ: 01.612.339/0001-01

Fis. \_\_\_\_\_  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
ASS. \_\_\_\_\_

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

*ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM  
A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS  
ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL*

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2024-SRP**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2024**

A .....(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº.....,  
LOCALIZADA À ....., DECLARA, QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS  
COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS  
TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS,  
NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS  
TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE ENTREGA DAS  
PROPOSTAS..

....., ..... DE ..... DE 2024.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL